



PSICOLOGIA

**BRUNA RODRIGUES
HAYSLA BIANCA SANTOS HOTT
MARIA ALICE DA FONSECA SILVA**

**CONDIÇÕES PSICOLÓGICAS DESENVOLVIDAS NA INFÂNCIA OCACIONADAS
PELA EXPERIÊNCIA DE UM PROCESSO DE ADOÇÃO**

**Belo Horizonte
2023**

**BRUNA RODRIGUES
HAYSLA BIANCA SANTOS HOTT
MARIA ALICE DA FONSECA SILVA**

**CONDIÇÕES PSICOLÓGICAS DESENVOLVIDA NA INFÂNCIA OCASIONADO
PELA EXPERIÊNCIA DE UM PROCESSO DE ADOÇÃO**

Projeto de conclusão de curso apresentado ao curso de Psicologia da Faminas-BH, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof^a. Dra. Fabíola Fernanda do Patrocínio Alves.

**Belo Horizonte
2023**

SÚMARIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. JUSTIFICATIVA.....	5
3. TEMA.....	7
4. PROBLEMA DE PESQUISA.....	8
5. HIPÓTESE.....	8
6. OBJETIVO GERAL.....	8
7. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	8
8. METODOLOGIA.....	8
9. REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
9.1 O Universo Complexo Sobre a Infância.....	11
9.2 A experiência da adoção. O início de uma história feliz?.....	14
9.3 A experiência da criança no processo de adoção: a realidade vivida por muitas crianças.....	19
10. CRONOGRAMA.....	25
11. REFERÊNCIAS.....	26

1. INTRODUÇÃO

A nossa motivação profissional para com o tema escolhido partiu do fato de ser um tema de extrema importância no contexto atual, para estar promovendo informações já que as pessoas geralmente possuem um conceito raso e pensamentos vagos sobre a adoção, por mais que seja um assunto “comum” e bastante presente na sociedade desde sempre. Além disso, a psicologia apresenta uma grande contribuição em diversos contextos sociais, o que remete a convivência familiar e a inserção em um contexto social ser um papel de extrema importante no desenvolvimento de qualquer indivíduo. Em relação à motivação acadêmica, durante o nosso curso houve matérias relacionadas à infância lecionada pela professora e doutora Fabiola Alves que nos inspirou a pesquisar para compreender a subjetividade da criança no processo de adoção, que é uma jornada sensível e complexa para uma criança.

Dentro deste cenário, a motivação pessoal se deu pelo fato da autora Haysla conviver e trabalhar com crianças dentro de uma instituição e já poder ter tido o privilégio de acompanhar de perto o processo de adoção com algumas destas crianças, desde as dificuldades de se encaixarem em um sistema novo ao qual chamamos de família, desde suas pequenas vitórias e conquistas como, criar respeito pelos seus novos pais. Desta forma, fez com que ela olhasse para eles de uma maneira individual e única, querendo contribuir para que este processo se tornasse mais leve e saudável para esses pequenos. Sendo assim, as outras autoras, Bruna e Maria consideraram também a relevância desse tema e compreenderam como é necessário o abordarmos por meio desta proposta de pesquisa. A adoção é sim muito linda, porque dá a chance dessas crianças construírem uma nova família tendo isso como um direito. Mas, por outro lado, é sim um processo complexo e por muitas vezes dolorido e solitário, no qual a criança precisa de uma ajuda para conseguir se ressignificar.

Diante das motivações apresentadas, o objetivo geral do presente projeto é, compreender como a experiência da adoção repercute nos processos de subjetivação das crianças. A partir disso consideramos os seguintes objetivos específicos: compreender o conceito de infância; analisar a experiência da adoção; e problematizar as repercussões da experiência de adoção na subjetividade das

crianças. Sendo assim, o tema se comunica com a área da psicologia, pois contribui em diferentes contextos sociais e na compreensão da subjetividade do indivíduo. O tema abordado neste projeto traz à tona a experiência subjetiva de crianças em situação de abandono, diante do longo processo de espera pela adoção, como também as condições psicológicas da infância decorrentes deste processo. Desta maneira, acreditamos que pesquisas sobre este tema são importantes e se fazem necessárias devido às reflexões que trazem sobre a vivência da adoção e a extrema importância para o desenvolvimento dos indivíduos que a vivenciam, e que, além de ser um tema de inclusão na sociedade, é um tema fascinante e digno de estudo, um manancial de conhecimento para nossa própria experiência pessoal. Por isto, o nosso projeto está todo embasado em responder a seguinte questão: “Como a experiência da adoção repercute nos processos de subjetivação das crianças?”

O projeto irá fazer “uma viagem” com vocês leitores, com o objetivo de que sejam capazes de conseguir compreender brevemente o contexto histórico sobre infância e adoção e problematizar a subjetividade da criança neste processo de adoção. Com isto, acreditamos que depois de ler sairá com um novo olhar sobre as crianças e o processo de adoção, afinal, você já parou para escutar uma criança e valorizar o que ela traz, como também o que ela sente?

O projeto está organizado da seguinte forma: inicialmente apresentaremos dados detalhados sobre a proposta da pesquisa como objetivos, justificativa, hipótese, problema e metodologia. Conseqüentemente, destacaremos o referencial teórico, o qual se subdivide em três sessões para que tenha uma melhor compreensão de todo o assunto, sendo: o universo complexo sobre a infância; a experiência da adoção: o início de uma história feliz? e a última sessão intitulada a experiência da criança no processo de adoção: a realidade vivida por muitas crianças. Por fim, será apresentado o cronograma da pesquisa e as referências bibliográficas utilizadas.

2. JUSTIFICATIVA

O tema escolhido para o presente projeto tem como relevância social o fato de que para muitas crianças e adolescentes, a adoção representa uma nova chance de viver em um contexto familiar e social. O processo de adoção e convivência

familiar em conjunto com a inserção em um contexto social têm, um papel fundamental no desenvolvimento do indivíduo. Dessa forma, foi estabelecido o dia Nacional da Adoção no dia 25 de maio no ano de 2002 no I Encontro Nacional de Associações e Grupos de Apoio à Adoção, que conscientiza sobre o papel de oferecer um lar para crianças e adolescentes que não tiveram a oportunidade de crescer junto a uma família. Toda a organização para determinar a data que representaria o dia Nacional da Adoção foi estabelecida através do Decreto da Lei 10.447, no dia 09 de maio ainda no ano de 2002. Anualmente a data é utilizada para chamar atenção da população sobre o ato de adoção.

Segundo o G1 os dados estatísticos apontam que no início da pandemia houve uma queda no número de adoções. No Brasil, no ano de 2019 o número de adoções foi de 3.143, em 2020 esse número foi para 2.184 e no ano de 2021 o número de adoções caiu para 1.517. A maior parte das crianças e adolescentes disponíveis para adoção estão concentradas no sudeste do país. Segundo dados do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), existem quase 34 mil crianças e adolescentes abrigadas em casas de acolhimento e instituições públicas por todo o país. Destas, 5.040 estavam prontas para o processo de adoção.

De acordo com Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a queda no número de adoções se deu pelo fato do período que se vivia o maior impacto da pandemia COVID-19, o qual prejudicou muitos processos em decorrência do fechamento dos fóruns e as visitas de assistentes sociais para as famílias incluídas no processo de adoção. Segundo Mundo Educação, existem algumas preferências para adoção como, crianças brancas, sem irmãos, sem deficiência física ou cognitiva e crianças de baixa idade. Grande parte dos adotantes preferem adotar crianças com até 2 anos de idade. Quanto mais velha a criança, menor a chance de adoção. As crianças com mais de 10 anos têm chances bem pequenas de serem adotadas.

Para Weber (2011), “A adoção é um tema que fascina porque subverte a ordem da natureza, engana a biologia, coloca a frende à subjetividade e mostra a superioridade do afeto sobre os genes”. Ele também diz que aquelas crianças que não se enquadram no padrão de preferências para adoção como, crianças brancas, sem irmãos, sem deficiência física ou cognitiva e crianças de baixa idade, são esquecidas nas instituições como materiais em um depósito e isto se reflete de

várias formas na vida dessas crianças. O desenvolvimento, por exemplo, é afetado em relação ao “padrão de criança” que grande parte dos pais procura.

O tema escolhido e o campo da psicologia se associam pela análise de sua contribuição em diversos contextos sociais, como também na compreensão do indivíduo na sua subjetividade. A temática traz consigo a experiência subjetiva, por se tratar de crianças em seu contexto de abandono e frustração, em vista de um longo processo de espera para adoção. É necessário ressaltar sobre as questões burocráticas, e as possíveis consequências psicológicas e emocionais que o abandono e a espera podem desencadear nas crianças e nos adolescentes.

As crianças e adolescentes que estão em processo de adoção, possuem sua experiência subjetiva e isso pode afetar o seu emocional e psicológico. Uma vez que antes de todo o processo para adoção, a criança supostamente pode ter sido abandonada ou vivenciado situações que acompanham essa sua vida e cotidiano. Por todo esse contexto, essas crianças passam pelo momento da adoção e que residem em abrigos tendem a necessitar de um acompanhamento psicológico.

O tema sobre adoção e as condições psicológicas que podem ser desenvolvidas na infância ocasionada por todo o processo de adoção, se faz presente em nosso cotidiano, seja com pessoas próximas a nós, notícias publicadas em redes sociais e até, mesmo em programas de TV, como as novelas que exibem o assunto, fazendo alusão ao momento atual, referindo-se à adesão de celebridades a tal prática, contribuindo ainda mais para a aparição do tema adoção.

Acreditamos que se faz importante a pesquisa do referido tema, pois traz consigo reflexões que geralmente são reduzidas a um público específico sendo, às famílias adotivas, os profissionais e os grupos de apoio à adoção. Entendemos que a experiência da adoção é de extrema importância para o crescimento do indivíduo que a vivência, além de ser uma temática fascinante de ser trabalhada, rica em conhecimentos e saberes para a nossa experiência pessoal, como sujeitos incluídos na sociedade.

3. TEMA

Condições psicológicas desenvolvida na infância ocasionado pela experiência de um processo de adoção.

4. PROBLEMA DE PESQUISA

Como a experiência da adoção repercute na subjetividade das crianças?

5. HIPÓTESE

A hipótese verificada neste projeto é a forma como a experiência do processo de adoção repercute na vida da criança, no qual podemos notar que essas crianças chegam para adoção já com vivências que podemos dizer um tanto quanto sofridas e dolorosas. E é no processo de adoção que a criança irá ter a chance ou não de ressignificar esse sofrimento, dependendo dos profissionais presente nas instituições, como também em uma construção contínua através dos pais adotivos e da sociedade para que, este processo seja saudável durante e pós para a criança. Por que é através destas pessoas que irá gerar assim uma transformação ou mais vivências de sofrimento nestas crianças. Lembrando sempre que, essa experiência ecoa de maneira subjetiva e não generalizada, isso significa que cada criança irá ter uma repercussão diferente levando em consideração sua história, suas marcas e suas culturas.

6. OBJETIVO GERAL

Compreender como a experiência da adoção repercute nos processos de subjetivação das crianças.

7. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender o conceito de infância.
- Analisar a experiência da adoção.
- Problematizar as repercussões da experiência de adoção na subjetividade das crianças.

8. METODOLOGIA

De acordo com os objetivos gerais e específicos definidos para o presente tema, o método de pesquisa utilizado para o desenvolvimento do trabalho será a pesquisa bibliográfica, auxiliando em uma busca mais acentuada sobre o leque extenso de referências que o presente tema apresenta, como também, no

levantamento de informações com mais detalhes e de maneira ampla. Ou seja, a pesquisa bibliográfica é um levantamento ou uma revisão de trabalhos já publicados sobre a teoria que orienta o trabalho científico que estamos realizando, no qual requer dedicação e pesquisa, com o objetivo de coletar e analisar textos publicados em suporte ao trabalho que será redigido (SOUZA; OLIVEIRA; ALVES, 2021).

De acordo com Souza, Oliveira e Alves (2021), a pesquisa científica inicia-se com a pesquisa bibliográfica, na qual o pesquisador busca trabalhos publicados que sejam relevantes para a compreensão e análise do objeto da pesquisa a ser realizada, permitindo compreender melhor o fenômeno em estudo. As ferramentas utilizadas para esta pesquisa bibliográfica serão: livros, artigos científicos, dissertações e outras fontes escritas publicadas.

A pesquisa bibliográfica a ser feita no presente trabalho tem o enfoque na compreensão de como a experiência da adoção repercute nos processos de subjetivação das crianças. Portanto, será investigada a experiência infantil no processo de adoção, buscando compreender o conceito de infância, como é a realidade de infância para as crianças que passam por esse processo e explorar sobre a experiência subjetiva da criança considerando a sua história de vida até iniciar uma nova etapa que seria o processo de adoção.

Para realização dessa pesquisa, utilizaremos um número extenso de artigos científicos, como também alguns livros, que possibilitarão a investigação de uma vasta amplitude de obras para entender e conhecer todo o contexto real do processo de adoção tanto na teoria quanto na prática. Utilizaremos também para a construção da pesquisa autores que se fazem importante e que agregam para a constituição do tema. Desta forma, utilizaremos os descritores: criança; infância; adoção; e experiência, que será recorrido em periódicos eletrônicos como, Revista Contemporânea, PePsic, Scielo, U.Porto – Repositório Aberto, Repositório UFU, FUCAMP, entre outros.

Seguindo a proposta e direcionamento estabelecidos para o presente tema, utilizaremos o método qualitativo de pesquisa em campo, visando um contato mais direto e próximo com a subjetividade da experiência de crianças durante este processo, para entender e compreender a sua experiência subjetiva e aprofundar com a realidade vivida por crianças que passaram ou que ainda estão nesse

processo de adoção. Segundo essa visão, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto de sua ocorrência e do qual faz parte, e assim podendo ser analisado de uma perspectiva habituada. Para isso, os pesquisadores devem ir a campo buscando captar o fenômeno em estudo a partir da perspectiva dos envolvidos, levando em consideração todas as perspectivas relevantes. Através deste método somos capazes de coletar vários tipos de dados para que possamos entender a dinâmica do fenômeno (GODOY, 1995).

Para isso, os procedimentos técnicos que serão utilizados auxiliando no desenvolvimento do projeto será a pesquisa de campo, focando em uma pesquisa centrada na prática, visando informações diretas e detalhadas com adolescentes e pessoas já adultas que vivenciaram e passaram por todo o processo da adoção. A pesquisa de campo é uma fase do projeto para que o pesquisador tenha um bom conhecimento sobre o assunto, pois é nesta etapa que ele vai definir os objetivos da pesquisa, as hipóteses, definir qual é o meio de coleta de dados, tamanho da amostra e como os dados serão tabulados e analisados (MARCONI & LAKATOS, 1996).

Sendo assim, usaremos como instrumento para a pesquisa de campo entrevistas, ou melhor, um diálogo estruturado com os depoimentos detalhados de indivíduos em diferentes fases da vida sendo, uma criança, um adolescente e uma pessoa já adulta que, passaram pela adoção, contando suas experiências na infância durante este processo, sejam elas em instituições ou não. A entrevista terá como finalidade entender e compreender a experiência do indivíduo na infância, a sua subjetividade e tudo que engloba o processo de adoção, entendendo-o como um ser individual, tendo a sua experiência em particular, sem comparações ou necessariamente um padrão a ser seguido, para que possamos compreender e partilhar junto aos entrevistados suas histórias de vida.

9. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste referencial teórico será realizado uma organização e uma contextualização sobre os principais temas que serão abordados neste projeto que, visa conectar “infância”, “adoção” e a “subjetividade da criança”; o que poderia ser resumido pela pergunta: Como a experiência da adoção repercute na subjetividade das crianças?

9.1 O Universo Complexo Sobre a Infância

É notório a riqueza e a subjetividade que a infância carrega consigo, sendo como um universo tão singular ao qual, vários autores entregam-se a escreverem na busca de compreendê-la da melhor maneira. O Dicionário de Português Online Dicio traz o significado de infância como, o período da vida humana desde o nascimento até cerca de 12 anos (início da adolescência). Assim, é valioso entendermos como as construções do conceito de 'criança' interagem entre si, desconstruindo, desta forma, a ideia de uma infância singular e homogênea (TOMÁS, 2015).

É importante ressaltar que até o início do século XVII não havia uma concepção de infância e não se via um espaço para tal discussão. No século XII não constavam crianças nas criações artísticas (CECCIM; PALOMBINI, 2009). Isso se dá devido à forma que as mesmas eram vistas e tratadas na sociedade, como homens em miniaturas e não eram nem mesmo consideradas como adulto em potencial ou em crescimento; nesta época não havia uma imagem social para a criança e não davam importância para suas características particulares. Já no século XV a criança cumpre-se o papel de ser ícone da alma do adulto, imagem da esperança, promessa de vir-a-ser. Sendo assim, a criança passa a ganhar importância social e um conceito consolidado no século XVII, mais precisamente no século XVIII com o aprofundamento e compreensão de Foucault em relação de que a criança é um sujeito produzido no interior de articulações de poder/saber, que as constitui como "cidadãos", a partir de comportamento e de controle com o objetivo de governar suas condutas. Desta maneira, Bujes (2014) nos mostra inclusive que Foucault faz uma crítica a este sistema de controle afirmando que, o sujeito se constitui como um sujeito moral, ou seja, esse sujeito não obedece adequando-se simplesmente as regras e sim um sujeito que experimenta uma construção de si mesmo na forma em como se relaciona com todo esse sistema de controle, originando-se assim um novo olhar a infância.

A partir do século XVII o objetivo do governo passa a ser a população, gerindo suas vidas, tendo a concepção do sujeito como máquina e espécie. Desta maneira, as autoridades empenham-se em adestrar os corpos e torna-los úteis, assegurando sua incorporação em sistemas de controles eficazes e econômicos. As crianças passam a fazer parte destas ações que administram corpos e visam a

gestão calculista da vida. Elas agora não são vistas como “homens em miniaturas” e sim como objeto de operações políticas, no qual criam uma narrativa de assegurar a ilusão da inocência, mas sobretudo inseri-las em programas de controle e regulação (BUJES, 2014).

De acordo com Marcello (2015), podemos entender este posicionamento do governo em controlar as crianças por um medo de que, com o nascimento de cada uma delas, um novo começo se erga; o que gera a justificativa dos atos totalitário, em dominar as crianças, para eliminar do mundo a novidade que poderia ameaçá-las. Assim, passam a estudar como objeto da ciência os corpos e as mentes infantis, supervisionando suas ações concretas e simbólicas para um melhor entendimento do que estaria servindo de suporte teórico sobre seus objetos, e para descrever o que é normal e desejável neste desenvolvimento. Por conseguinte, como se pode perceber, as relações de poder estão profundamente envolvidas com a disciplina e, desta forma, a infância toma o lugar ligado à regulação dos sujeitos infantis e à prática da instituição educacional voltada para eles. No século XVIII a criança passa a ser útil quando se obtém simultaneamente produtividade e submissão (BUJES, 2014).

Bujes (2014), através do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNI Infantil (Brasil, 1998) faz uma consideração interessante ao fato de considerar a escolarização infantil como um dispositivo, como uma maquinaria. Dispositivo este que possui uma estratégia de intervenção racional e organizada que pressupõe, a manipulação constante, executando tanto para potencializar determinados resultados quanto para objetar-se aqueles indesejados. Ou seja, esse dispositivo gera um sujeito que pode ser moldado conforme o querer e a necessidade de superiores, conduzidas predominantemente na ausência de ‘voz’ das crianças, com reforço do poder adulto e subordinação do grupo infantil, criando assim, identidades já definidas sem possível autenticidade da infância, refletindo uma construção social e políticas protecionistas.

No século XIX, a criança é mantida neste perfil de vigilância e disciplinamento do corpo e da mente através dos colégios, explicando-se como a única configuração para formar cidadãos com retidão moral, capazes de amar e servir à Humanidade. Tendo assim como base, a ideia de que educá-los corretamente era a única garantia de que se tornariam os adultos desejados pela sociedade. É exclusivamente no

século XX, que a infância passa a ter reconhecimento e passa a ser considerada como etapa especial da vida, determinante do desenvolvimento físico e psíquico do homem (CECCIM; PALOMBINI, 2009). Este século foi intitulado como “século da criança”, no qual diz respeito a um processo de desconstrução deste grupo excluído, de socialização do conhecimento sobre a infância e as crianças, e dos fundamentos adultocêntricos da racionalidade.

De acordo com Ceccim e Palombini (2009), a experiência da infância foi vista por bastante tempo como seres que ainda são incapazes, sujeitos às normas estabelecidas e alheios nas suas capacidades para desfrutar dos atributos de cidadania. Trata-se de um conceito complexo e multiforme, sendo assim, de agora em diante será conceitualizado o termo infância/criança na atualidade, o que implica pensar nas crianças como seres ativos e não objetos de intervenção, considerando as experimentações de seu desenvolvimento em que pode exercer as suas potências em diversos ambientes com os quais se vive. Tomás (2015) cita que, a construção de uma compreensão mais profunda sobre as crianças e a infância contribuiu para o saber contra o poder hegemônicas e algumas de suas imagens que ainda permanecem sobre a infância, mas que por outro lado contribuiu também para criar um potencial de transformação social.

A concepção de criança não existe e não se resume só pela faixa etária, vai além de uma estrutura, e que com frequência é necessário deixa-se de lado o pensamento concreto e dar espaço para um subjetivo que consiga entender que, ser criança de acordo com Ceccim e Palombi (2009, p. 308) “é aceitar a aventura de se compor com as aprendizagens, deixar seu corpo descobrir experiências, explorar ambientes, percursos e emoções”. Como também, através de suas experiências cognitivas e afetivas, conseguir extrair conhecimentos e vivências intensivas podendo ser real e imaginário.

É importante ressaltarmos que a infância ainda ocupa o lugar dentro de parâmetros nos quais as crianças requerem proteção por terem menos maturidade/experiência e necessitar do auxílio de um adulto para sua formação. Isto quer dizer que a criança é resultado de um processo social e cultural, em que, são socializadas neste processo construtivo e mutável, aprendendo as organizações de representação, os códigos das suas linguagens e culturas, o que as torna culturalmente competentes para interagirem socialmente. Mas, isso não aniquila a

percepção delas como autoras em constante desenvolvimento que detém de opiniões, e interpretações sobre si e o mundo, e que é importante considerá-las sempre que são abordados assuntos que lhes digam respeito (TOMÁS, 2015).

No entanto, essa transformação social acerca da concepção de criança foi um processo muito lento, em que ainda nos dias atuais os adultos tendem a eliminar essa potencialidade da criança, nomeando-a e compreendendo suas ações e condutas segundo as grandes referências (como se fossem únicas e verdadeiras) (CECCIM; PALOMBINI, 2009). Contudo, tem se observado o desenvolvimento de propostas com o objetivo de combater o fato de boa parte da sociedade contemporânea estar ancorada a uma imagem do que é a infância, e do que ela deve ser. Para que, assim, “as crianças sejam consideradas cidadãs ativas e, por isso, tenham o direito de fazer escolhas informadas, a tomar decisões relativas à organização dos seus quotidianos e a influenciar a tomada de decisões” (TOMÁS, 2015, p. 137).

Ser criança, é algo que sempre nos escapa, que inquieta o que sabemos, e que coloca a prova os lugares que construímos para ela, acredita-se que Ceccim e Palombini (2009) a descrevem de maneira sublime, como um devir-criança, que é a resistência a esse biopoder, que se sobressai em seus acessos de alegria, em sua curiosidade risonha, no bom-humor, e que é um movimento de dissolução das formas já criadas. Dizendo se de outro modo, pensar sobre a infância, eticamente, nos coloca em uma posição imperativa de transformação.

9.2 A experiência da adoção. O início de uma história feliz?

Para falarmos de adoção é necessário inicialmente falarmos sobre o abandono, que pode ser definido como a perda do direito universal da criança de viver no seio de uma família que a ame, a proteja, a reconheça e a eduque. É interessante tornar ciente que este abandono é presente desde antes da era cristã, mas na forma de infanticídio, no qual as crianças indesejadas eram expostas à morte das mais diversas maneiras. O infanticídio se tornou uma prática comum e frequente até o século XIII, visto também como um incentivo dos governos para o controle populacional. A partir disto no século XIII as famílias pobres passaram a criar a prática de entregar o filho a Deus, passando sua educação à Igreja para que se tornasse frei ou freira, como reivindicação do direito à honra e ao respeito social,

dando lugar ao frequente abandono de crianças diante das portas de igrejas, mosteiros e conventos (VARGAS, 2006).

O abandono legal proporciona respeitar o desejo dos pais de não assumir o filho, oferecendo a oportunidade de uma segunda melhor chance para a criança construir relações que terá impacto no seu desenvolvimento. Na época de 1828 a adoção se resumia em resolver os problemas dos casais sem filhos, com o objetivo de garantir a sua descendência. Já a adoção na atualidade ressalta a solução para a crise da criança abandonada, ou seja, possibilitar uma família para uma criança que não tem, colocando como prioridade as crianças e os adolescentes (VARGAS, 2006).

Conforme Ceccim e Palombini (2009), foi necessário criar (no século XIII) instituições que na época chamava - Casas dos Expostos ou Casas dos Enjeitados, também conhecidas como Casas da Roda. Estas instituições eram conhecidas como Casas da Roda pelo fato de existir um dispositivo giratório, que permitia que ali fosse depositada a criança rejeitada e quando girado para dentro, os funcionários recolhiam a mesma. Este dispositivo giratório contribuía para manter a identidade daqueles que abandonava a criança desconhecida para sempre. Os autores lembram, ainda, que as Rodas dos Enjeitados chegaram ao Brasil em 1726, sendo instaladas nas Santas Casas de Misericórdia das principais cidades brasileiras como: Salvador (1726), Rio de Janeiro (1738), Recife (1789), São Paulo (1825), São Luiz (1829) e Porto Alegre (1837) que funcionou durante 103 anos, sendo desativada apenas em 1940.

Como se pode ver, o abandono de crianças é presente ao longo de toda a história da sociedade, e no Brasil não seria diferente, tendo também um longo caminho. Segundo Maux e Dutra (2010), desde a época da colonização, a adoção era vista como caridade, na qual, os mais ricos prestavam assistência aos mais pobres, e assim, a pessoa adotada era denominada de “pessoa bastarda” que tinha como função fazer serviços domésticos e mão de obra gratuita. Podemos observar que não existia um olhar de cuidado ou carinho pela criança, ela era tratada de forma diferente, inferior dos filhos biológicos. Essa forma como a adoção era vista influenciava até os dias de hoje, alimentando ainda muito preconceito e mitos relacionados a adoção. Como por exemplo, esconder a adoção por motivo de

vergonha, ou para alguns pais a dificuldade de assumir o “fracasso” diante a sociedade que valoriza a procriação (VARGAS, 2006).

Atualmente os pais têm como principais motivações para adotar um filho, a impossibilidade de gerar filhos biológicos e o desejo de exercer a maternidade e paternidade. Existem também outras motivações, como preencher a solidão, proporcionar companhia a outro filho, substituir um filho falecido, o desejo de ter filhos quando já se passou da idade em que isto é provável biologicamente, o contato com uma criança que desperta o desejo da maternidade ou paternidade, o parentesco com os pais biológicos que não possuem condições de cuidar da criança, por parte de homens e mulheres que não possuem um parceiro amoroso, o desejo de ter filhos, sem ter de passar por todo um processo de gravidez, muita das vezes por medo deste processo, por não sentir vontade ou até por razões estéticas (COSTA; CAMPOS, 2003).

A partir do que Gondim *et al.* (2008) nos mostra, podemos acrescentar ainda o medo da solidão, o desejo de ter uma companhia na velhice, muita das vezes o preenchimento de um vazio existencial, a busca da tentativa de um casal de salvar um casamento e por fim, a possibilidade de escolher o sexo da criança, pois existem casais com preferência tanto de menina quanto de menino, optando pela adoção para poder escolher o sexo desejado. É importante ressaltar que dentre todas essas motivações para adoção, existe casais férteis com possibilidade de ter filhos biológicos e por escolha decidem pela adoção ao invés de passarem pelo processo da gestação. Desta maneira, podemos concluir que a adoção no Brasil busca a solução de conflitos ou a satisfação das necessidades dos adotantes e não do adotado, sendo assim, podemos observar como que ainda atualmente a necessidade e subjetividade da criança é ignorada (COSTA; CAMPOS, 2003).

Costa e Campos (2003) lembram que é notório como a busca por adoções clássicas ainda predomina, tendo em vista a maior procura por crianças brancas, semelhantes fisicamente aos adotantes, recém-nascidas/bebês e saudáveis. Como também, uma maior procura por crianças do sexo feminino, em decorrência dos estereótipos culturais de gênero que relacionam o sexo feminino a docilidade, a beleza e a domesticidade. À medida que a criança fica mais velha e/ou quando a criança tem problemas de saúde ou possui alguma deficiência, suas chances para adoção diminuem bastante.

Um assunto que consideramos importante é a experiência da adoção tardia, que é quando as crianças são abandonadas tardiamente pela mãe por motivos pessoais, ou que são retiradas de seus pais pelo poder judiciário, estas sofrem profundamente por essa ruptura com a família, dificultando a aceitação de outra família. É importante ressaltar que as crianças adotadas tardiamente relacionam muitas vezes as suas necessidades prematuras de segurança, ligação e afeto frustradas devida a acontecimentos de adversidades na sua família de origem, por uma história de rejeição ou abandono e pelas vivências no contexto institucional. Estas crianças podem ter desenvolvido condutas resultantes da adaptação à sua história de vida, onde conseqüentemente e dificilmente será estabelecido um relacionamento estável, duradouro e seguro (VARGAS, 2006).

Abordaremos a experiência da adoção que constata que esta é uma experiência complexa que, mobiliza intensas emoções e às vezes carregadas de ambivalências, concluindo que a relação com um “filho de desejo” pode se tornar uma “genuína lição de vida” para seus protagonistas, uma vez que as intensas vivências emocionais sejam elaboradas. Por outro lado, há também o processo de adoção dos pais, na qual a criança precisa se adaptar a eles e pode-se dizer que este processo foi concluído somente quando a criança consegue retomar seu desenvolvimento. Já a criança adotada de forma tardia vive um processo psíquico de regressão, pois ela vive de uma certa forma o segundo nascimento. Um pensamento muito comum que existe na sociedade é o medo da criança nunca se recuperar das experiências que teve antes da adoção (VARGAS, 2006).

Podemos concluir que, de qualquer maneira a adoção é uma experiência complexa tanto para a criança como para os pais. Ambos vão enfrentar diversos desafios como, a qualidade do ambiente familiar adotivo, o processo de construção individual, de identidade, de autoconceito da “pessoa” adotada com a própria experiência de ser adotado. Outro momento que pode ser difícil é a fase de iniciar na escola, no qual a criança se insere em um mundo de crianças que não são adotadas, conseqüentemente começa surgir dúvidas e ela começa a perceber a experiência de adoção não apenas positiva, mas também negativa, ocorrendo a experiência de perda, principalmente se for uma adoção tardia (COSTA, 2016).

Para facilitar um pouco este processo, os profissionais recomendam a comunicação da adoção para a criança na fase do início da vida escolar, através dos

próprios pais. Esta atitude deve ser de empatia, aceitação e compreensão, pois a abertura da comunicação sobre a adoção tem sido considerada como um fator promotor de um bom funcionamento familiar e, conseqüentemente, preditor do ajustamento do adulto emergente e de maior satisfação com a sua experiência (COSTA, 2016).

Costa (2016) nos mostra que as alterações no desenvolvimento cognitivo e emocional dependem de como ela vai compreender a adoção e isso vai interferir no modo como ela vê a si própria e como integra a adoção no seu autoconceito, nesta fase a criança deixa de lado a imagem de um processo idealizado e cheio de fantasias e passa a ter a visão mais realista e complexa. Ter sido adotada não significa apenas ter ganho uma família, como passa a significar, simultaneamente, ter perdido outra, isto é, não só significa ter sido “escolhida” pelos pais adotivos, como sugere o abandono pelos pais biológicos. Os pais enfrentam um grande desafio de reformulação destes sentimentos ao passo que as crianças começam a compreender o que é a adoção e o que significa ser adotada, a experiência de perda vai surgindo, aparecendo a necessidade de integrar, com vista a uma vivência positiva deste processo.

Nicolas (2011) propõem que a inserção de uma criança numa família contém diversos desafios, com os quais as crianças que permaneceram na sua família biológica não têm que se deparar e lidar, por exemplo a vinculação aos novos pais, as curiosidades sobre a suas origens, a tomada de conhecimento do estatuto de adotado e a compreensão das suas implicações, a comunicação sobre a adoção, a curiosidade acerca do passado e da família biológica e o sentimento de perda que pode surgir. Acresce ainda a construção de uma identidade, que abrange a história passada e a nova de adoção, e que poderá gerar uma história de fantasmas, vivendo o adotado acompanhado pelo fantasma daquilo que poderia ter sido se tivesse permanecido na família biológica, pelo fantasma dos pais perdidos e pelo fantasma do filho biológico que os seus pais adotivos poderiam ter tido.

É importante ressaltar que a chegada de um filho adotivo afeta todo o sistema familiar. Envolve múltiplos significados e mudanças de papéis para aqueles que se tornarão tios, avós, primos, irmãos, na medida em que passarem a se relacionar com o adotado. Portanto, a não aceitação da criança pelos demais familiares pode levar ao insucesso da adoção (SANTOS *et al*, 2011).

Estudar adoção nos ocasiona uma compreensão mais ampliada do que é família, ultrapassando a concepção do senso popular que a entende como laços de sangue. Desta maneira, não podemos desconsiderar as diversas mudanças ocorridas na configuração familiar e existe uma necessidade de que a sociedade esteja mais preparada para lidar com as diversas possibilidades de se constituir família. Nas situações de adoção monoparental (mães ou pais solteiros) e tardia, existe o peso do preconceito principalmente em relação à aceitação do sistema familiar e à criação de estratégias para lidar com as experiências de sofrimento trazidas pelo adotante. De acordo com as pesquisas sobre adoção por pais solteiros, conclui que não existe nenhuma evidência de problema em relação a essas famílias (SANTOS *et al*, 2011).

Segundo Guimarães (2022), preconceitos também podem surgir na prática da adoção por casais homoafetivos que é caracterizada pela luta por reconhecimento e legitimidade no cenário adotivo brasileiro. A realidade brasileira atual tem trazido positivas transformações no imaginário social a respeito da adoção por pessoas do mesmo sexo e o amparo judicial, apesar de ainda não ocorrer de forma ideal. Sendo assim, é a partir da visibilidade do tema que podemos reafirmar que a homossexualidade, bem como é o caso das questões de gênero, não deve ser visualizada como um fator que determina a experiência da parentalidade ou a capacidade de se desempenhar um bom papel de mãe ou pai, ao passo que não há comprovações de que o fator da sexualidade interfere na função parental de exercer cuidado e afeto, em nenhum tipo de família.

Analisamos a experiência da adoção contextualizando de maneira breve desde tempos passados até atualidade, como também mostramos seus desafios e sua complexidade. A partir do conhecimento adquirido até aqui, na próxima sessão iremos compreender o significado de subjetividade para que a partir disto possamos problematizar as repercussões da experiência de adoção na subjetividade das crianças.

9.3A experiência da criança no processo de adoção: a realidade vivida por muitas crianças

Antes de problematizarmos as repercussões que a experiência da adoção causa na subjetividade da criança, precisamos entender primeiro o que seria essa subjetividade que iremos abordar agora em diante. Segundo o Dicionário de Português Online Dicio a palavra subjetivo é um adjetivo relativo a sujeito, sendo uma característica própria, particular e que se separa do concreto. Desta maneira, até metade do século passado a subjetividade era compreendida como a essencialidade da interioridade, mas posteriormente ela passa a se tornar um conceito muito utilizado pela psicologia, passando a ser pensada em termos históricos, sociais e políticos como produção de subjetividade que busca dar conta das diferenças, sendo uma maneira de criticar a complexificação da “identidade (FILHO; MARTINS, 2007).

Filho e Martins (2007) nos mostra que a crítica da identidade seria o fato da política estar ligada a práticas de normalização da identidade do sujeito (o que vemos desde o início de nossas discussões, ser uma prática constante da tentativa do governo em moldar a sociedade) no qual, o sujeito deve conseguir romper o movimento de se repetir e ser idêntico ao que a lei, a norma e a moral dita; o que exige deste sujeito conseguir praticar um posicionamento crítico e resistente a uma certa “política das identidades”. Podemos dizer então, que a subjetividade é necessária por não se opor ao critério de objetividade, fazendo com que haja a produção do conhecimento de um núcleo da consciência, da personalidade e da identidade do sujeito, o que permite distinguir uns dos outros. A partir deste momento lhe convidamos a olhar cada indivíduo com sua singularidade, com sua diversidade e com uma multiplicidade de formas de existir considerando suas bagagens históricas distintas. Para que isso seja possível de acontecer, é necessário haver uma desconstrução, ou seja, que deixemos de lado os nossos julgamentos e achismos, como também a ideia de um padrão do que o outro deve ser, e sim considerar um sujeito para além de um sentido mais singularizado se dedicando também a promoção de novas estéticas da existência (FILHO; MARTINS, 2007).

É necessário haver uma desconstrução em relação à pensamentos generalistas de que, o processo da adoção causa muitos danos ao desenvolvimento da criança, sendo que não podemos atribuir todos os danos unicamente ao fato da experiência da adoção. E sim, compreender que há muito por trás de uma criança e

que pode ser imensurável, como em quais condições ocorreu a adoção, quais os valores que esta criança traz consigo, quais são as suas vivências e suas formas de lidar com elas, quais os recursos subjetivos que criança e familiares possuem para lidar com os impasses de todo esse processo e com as frustrações. Tais aspectos fazem com que problematizemos a experiência da adoção na subjetividade de cada criança (BRIANI, 2008).

Não podemos deixar de considerar que sim, a criança passa por um sofrimento com a sua chegada na instituição pelo fato da separação que ocorre com seus pais biológicos. Antecedentes familiares de violência doméstica e toxicodependência parental, abandono ou morte dos pais, situação de rua e pobreza são algumas das circunstâncias que levam as crianças a serem referenciadas para abrigos de apoio que na maioria dos casos não ocorrem em regime de segregação (ALMEIDA; SOUZA; MIRANDA, 2021). Sendo assim, a separação é experienciada com muita intensidade e com mecanismos de defesas como, a repressão, a privação, o deslocamento e a negação de afetos.

De acordo com Briani (2008), o intervalo entre a separação dos pais natural e sua adoção definitiva, aumenta o estado de "mecanismo de defesa" e suas consequências. Isso ocorre porque as crianças ainda estão em processo de desenvolvimento e construindo ainda seu aparelho psíquico, o que faz com ela não saiba lidar bem com estas confusões, e isto pode acarretar distúrbios nervosos e uma personalidade instável. Tais vivências geram no sujeito uma dificuldade de não saber mais por quem ele sofre, ocasionando uma certa causalidade entre a separação e as diversas manifestações desse tipo de sofrimento, como também gerando emoções, como estados de fragilidade, impotência, pânico, dor, raiva e medo.

Estas crianças se veem pressionadas a romperem com o convívio familiar e se desfazerem de seu passado para assumirem nova identidade. As instituições recebem uma população declarada em risco pessoal ou social, fazendo com que a separação de sua família biológica se defina por não cumprirem a função de cuidado, podendo ter experiência subjetiva de violência (BRAIS; PEREIRA; RODRIGUES, 2014).

Para Briani (2008), a criança que passa por esse processo vivencia uma dificuldade na construção da base de sua identidade devido ao vínculo que ela

precisa ter com o adulto – seus pais; essa situação faz com que a mesma perca a base da sua identidade e comece a gerar perguntas do tipo, "Por que comigo?". Conseqüentemente entendemos que a instituição de adoção deve ter uma grande importância na continuidade do desenvolvimento dos pequenos, no qual, necessita de uma equipe que se esforce para uma elaboração positiva que possibilite a essas crianças a construir em cima desses sentimentos de angústia algo diferente, e a partir disto dar novos significados (BRAIS; PEREIRA; RODRIGUES, 2014).

Explorando mais sobre os abrigos de adoção, o que eles seriam? Segundo Calvalcante e Magalhaes (2007), os abrigos são um local de moradia, um instrumento da política de proteção social à infância, sendo um ambiente coletivo e que são organizados como as instituições totais que, tem como características a perda da individualidade em função das regras e do funcionamento coletivo, como também modelando a subjetividade e rotulando a identidade destas crianças como, desvalido, rejeitado e incapaz. A vida no abrigo interfere significativamente na produção de sentidos dos sujeitos ali presente, por causa de episódios causados por essas regras que compõe as instituições totais, que inclui a exclusão por exemplo da experiência de escolha; da comida (sendo obrigados a comer até o que não gostam), da hora de tomar banho ou dormir, das roupas, dos brinquedos e objetos do dia a dia. Tratam-se de experiências que “massificam e prejudicam a emergência de singularidades” (BRAIS; PEREIRA; RODRIGUES, 2014, p.5).

O livro “O Atendimento Infantil na Ótica Fenomenológico-Existencial” no capítulo 9 “uma visão multiteórica” de Arlinda B. Moreno, Karla Cristina Gaspar e Marisa Fortes aborda a experiência da criança em processo de adoção que reside em abrigos, dando ênfase em como os abrigos têm influência tanto positivamente quanto negativamente para o processo de experiência subjetiva das crianças e adolescentes. As autoras trazem a crítica de que uma instituição suficientemente boa precisa saber reconhecer e lidar com o que está por trás dos sintomas de aflição da criança em se descobrir só, e que ajudar a mesma por meio da demonstração de amor e compreensão já colaboraria para protegê-la de seus pensamentos amedrontadores sobre o mundo estranho que a cerca. Em outro trecho do capítulo encontramos a seguinte fala a respeito de Lílian, uma criança de 10 anos que residia em um abrigo para menores desde os seus 5 anos de idade, e que, vivencia os

desafios de uma vida marcada pela rejeição na família e também no abrigo; realizando assim duas tentativas de suicídio.

Ao que se parece, Lilian se percebe em uma prateleira de adotáveis, como alguém sem finitude. Alguém que, em uma primeira visada, para importar ao mundo, deve ser importada pelo mundo de alguém. Existe. Ela, simplesmente, existe... Está por aí, em prateleiras empoeiradas e plenas de outras crianças, cujas inteirezas são, para ela, incontestes e, para mostrar metades de si própria, ela se joga em aventuras que a estampam ora viva ora morta (MORENO; GASPAR; FORTES, 2020, p 293).

Esse fragmento do texto nos traz reflexões de situações que mais acontecem no cotidiano de alguns abrigos, nos fazendo compreender que as crianças são vistas como objeto de mercadoria, junto aos quais ainda se tem preferência em relação a sua aparência física, esquecendo-se por muitas vezes que são seres humanos carregados de cicatrizes, carência e medo. Como é importante ressaltarmos essa subjetividade de maneira singular. Não apenas a subjetividade dos adotados, mas também dos adotantes e das instituições que se fazem presente para a experiência subjetiva dessas crianças que estão no processo de adoção e que residem nos abrigos.

Brais, Pereira e Rodrigues (2014) nos fazem compreender que as crianças em situação de acolhimento vivenciam situações de violência e/ou abandono no contexto familiar e que se potencializa ao chegar no abrigo, por não participar ativamente das decisões sobre suas vidas. À necessidade de aceitar a sua nova condição junta-se a necessidade urgente de se habituar a rotinas, regras e obrigações, quase sem possibilidade de contestação. O processo institucional não reconhece as particularidades dos sujeitos. Desta maneira, a criança cria esperança de viver uma vida melhor ou de retorno ao convívio familiar, que identifica com a liberdade, acolhimento e segurança. Com base em tudo que foi dito até aqui, é possível problematizarmos que estes abrigos muitas vezes não garantem as necessidades básicas e a proteção integral, que compreendem crianças como sujeitos de direitos. Contudo, se vê necessário reconsiderar as práticas e discursos destes abrigos e reconhecer a influência de sua configuração concreta na produção da subjetividade das crianças e da mesma estabelecer vínculos socioafetivos. Por outro lado, ainda sim existem instituições a fim de cuidar, zelar e

ensinar, fazendo com que essas crianças vivam e consigam ter experiências positivas que influenciem positivamente em sua formação como sujeitos até atingirem a idade adulta (ALMEIDA; SOUZA; MIRANDA, 2021).

Na busca de compreender o significado da experiência subjetiva vivida por estas crianças é possível através de Almeida, Souza e Miranda (2021) trazer sim o outro lado da história e mostrar que, para algumas destas crianças o processo do abrigo é bom, inclusive, algumas preferem viver na instituição, uma vez que vieram de situações de rua, pobreza ou violência. Além disso, as crianças costumam sair com as monitoras para fazerem visitas às famílias biológicas, o que as deixam bastante animadas e entusiasmadas. Apesar de ser uma instituição com suas regras, elas recebem cuidados dos abrigos e dos profissionais que ali estão.

As autoras Almeida, Souza e Miranda (2021) reforçam para nós que o abrigo é um novo lar e uma nova experiência para as crianças, onde elas realizam suas atividades do dia-a-dia e estabelecem novas relações com os funcionários e com outras crianças dos abrigos. A instituição representará então uma nova rede de apoio para essas crianças, onde elas terão acesso às suas experiências, sejam elas experiências positivas ou negativas do tratamento e cuidado que receberam na instituição. Desta forma, a instituição trabalha para facilitar a reintegração das crianças na sua família biológica. Porém, caso isso não fosse possível, ela seria encaminhada para uma família alternativa, e que durante sua permanência no abrigo a criança seria preparada e estimulada a estreitar novos vínculos familiares.

No entanto, as experiências subjetivas das crianças em instituições residenciais dependem em grande parte de como essas instituições operam, com algumas instituições tendo características negativas no atendimento às crianças que ali vivem, enquanto outras já têm como objetivo fornecer cuidados. Para crianças abandonadas ou separadas de seu ambiente familiar, dar às crianças o apoio que elas merecem e promover experiências positivas pode impactar muito a vida das mesmas até a idade adulta.

10. CRONOGRAMA

Ord.	Ações	2023 /Meses					
		JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1	Qualificação do projeto	X					
2	Pesquisa Exploratória e Bibliográfica		X				
3	Elaboração do artigo		X	X	X		
4	Revisão do artigo					X	
5	Organização da banca avaliadora e entrega do artigo					X	
6	Defesa do trabalho de TCC						X
7	Correções conforme orientações da banca						X

11. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fabiane de Amorim; SOUZA, Deborah Ferreira; MIRANDA, Caroline Billet. A experiência contada pela criança que vive em abrigo por meio do brinquedo terapêutico. **SciELO**, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/MdVQkDX5cdsqGXmHXJfKQHC#>. Acesso em: 15 de maio. 2023

ANGERAMI, Valdemar Augusto [et al]. **O Atendimento Infantil na ótica fenomenológico-existencial**. 2. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2020. Acesso em: 10 de maio. 2023

BRAIS, Daniela Maiara; PEREIRA, Erica Aparecida; RODRIGUES, Ligia Adriana. A Vivência Institucional e o processo de Subjetivação da Criança em Abrigo. Encontro **Regional de História**, 2014. Disponível em: http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/.28/1400540050_ARQUIVO_ARTIGOSIMPOSIODANIERICA20000.pdf. Acesso em: 20 de maio. 2023

BRIANI, Ana Cristina Texeira. A Subjetividade na Adoção: Um Pequeno Ensaio. **Revista Contemporânea**, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://www.revistacontemporanea.org.br/revistacontemporaneaanterior/site/wp-content/artigos/artigo187.pdf>. Acesso em: 15 de maio. 2023

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. O Fio e a Trama: as crianças nas malhas do poder. **Educação e Realidade**, Rio Grande do Sul, out. 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/50778/31639>. Acesso em: 05 de abr. 2023

CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves; MAGALHAES, Celina Maria Colino; PONTES, Fernando Augusto Ramos. Abrigo para crianças de 0 a 6 anos: um olhar sobre as diferentes concepções e suas interfaces. **PePsic**, Fortaleza, 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000200006&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 16 maio. 2023

CECCIM, Ricardo Burg. PALOMBINI, Analice de Lima. Imagens da infância, devir-criança e uma formulação à educação do cuidado. **SciELO**, Rio Grande do Norte, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/C7q7MLNhgBcgrGxkzgJRWJx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2023.

COSTA, Liana Fortunato. CAMPOS, Niva Maria Vasques. A Avaliação Psicossocial no Contexto da Adoção: Vivências das Famílias Adotantes. **SciELO**, Brasília, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/CW3myH96fRxqD7qH5mpGZcNR/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 20 abr. 2023

COSTA, Sofia Manuela B. S.. Preditores do (des)ajustamento psicológico em crianças adotadas: experiências de adoção e autopercepção de habilidades sociais. **U.Porto – Repositório Aberto**, Porto, 2016. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/86703/2/166781.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2023

FILHO, Kleber Prado. MARTINS, Simone. A subjetividade como objeto da(s) psicologia(s). **Redalyc**, Santa Catarina, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3093/309326376003.pdf>. Acesso em: 16 de maio. 2023

GONDIM, Ana Karen *et al.* Motivação dos pais para a prática da adoção. **PePsic**, São Paulo, v. 58, n. 129, p. 161-170, dez. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432008000200004

GUIMARÃES, Michel Rodrigues. A experiência de adoção por casais homoafetivos no brasil: expectativas, impacto emocional e representações sociais do processo de adoção. **Repositório UFU**, Uberlândia, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/35522/1/AExperi%c3%aanciaDe.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2023

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa. **SciELO**, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 de maio. 2023.

MARCELLO, Fabiana de Amorim. Infância-Esquecimento, Infância-Viagem: Foucault e a ética da pesquisa com crianças. **Currículos sem Fronteiras**, Rio Grande do Sul, abr. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Desktop/Haysla/TCC%20ADO%C3%87%C3%83O/textos%20utilizados%20para%20conceito%20de%20infancia/Inf%C3%A2ncia%20esquecimento%20Foucault%20e%20a%20%C3%A9tica%20da%20pesquisa%20com%20crian%C3%A7as.pdf>. Acesso em: 04 de abr. 2023.

MAUX, Ana André Barbosa; DUTRA, Elza. A adoção no Brasil: algumas reflexões. **Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v10n2/artigos/pdf/v10n2a05.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2023

NICOLAS, Emilie Amandine. Adoção, identidade e intimidade. O impacto da experiência de adoção no desenvolvimento da identidade e da intimidade de adultos adotados: estudo exploratório de análise do discurso do adotado. **U.Porto – Repositório Aberto**, Porto, 2011. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/115173/2/281284.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2023

SANTOS, Carina Pessoa *et al.* Adoção por pais solteiros: desafios e peculiaridades dessa experiência. **Psicologia: Teoria e Prática**, Recife, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1938/193821393007.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023

SOUZA, Angélica Silva; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. A Pesquisa Bibliográfica: princípios e fundamentos. **FUCAMP**, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/2336-Texto%20do%20Artigo-8432-1-10-20210308.pdf>

TOMÁS, Catarina. As culturas da infância na educação de infância: um olhar a partir dos direitos da criança. **Revista Interações**, [S. l.], v. 10, n. 32, 2015. DOI:

10.25755/int.6352.

Disponível

em:

<https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/6352>. Acesso em: 15 abr. 2023.

VARGAS, Marlizate Maldonato. **A adoção tardia da infância:** da família sonhada da família possível. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998. Ebook. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?hl=pt->

[BR&lr=&id=6yOWdUj4RV4C&oi=fnd&pg=PA17&dq=experiencia+da+ado%C3%A7%C3%A3o&ots=9LD44xbJjg&sig=FJKqrOarPnnXyrsUDNmNXi8A6gY#v=onepage&q=experiencia%20da%20ado%C3%A7%C3%A3o&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=6yOWdUj4RV4C&oi=fnd&pg=PA17&dq=experiencia+da+ado%C3%A7%C3%A3o&ots=9LD44xbJjg&sig=FJKqrOarPnnXyrsUDNmNXi8A6gY#v=onepage&q=experiencia%20da%20ado%C3%A7%C3%A3o&f=false). Acesso em: 20 abr. 2023.